

FORMAÇÃO DE PROFESSORES – EM FOCO O PERFIL PROFISSIONAL DOS PROFESSORES QUE ATUAM NO CURSO DE PEDAGOGIA

CARDOSO, Beatriz L.¹; CANUTO, Monica²

¹ Pedagoga, Licenciatura em Pedagogia, Universidade Estadual de Goiás - Câmpus Pires do Rio, biavps.cardoso@gmail.com.

² Mestre em Educação, Licenciatura em Pedagogia, Universidade Estadual de Goiás - Câmpus Pires do Rio, monicacanuto08@gmail.com

Resumo

A discussão a respeito da formação dos professores formadores de professores se faz necessária e urgente. O presente trabalho objetiva traçar o perfil de formação dos professores que atuam no Curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Goiás Câmpus Pires do Rio. Os procedimentos metodológicos envolveram revisão da literatura e análise documental dos currículos lattes dos professores que atuam no Curso de Pedagogia no ano de 2015. Os dados apontam que a formação em nível de mestrado e doutorado ainda é incipiente, uma boa parte desses professores atuam em regime de contrato temporário, sinalizando a urgência de adoção de políticas de valorização destes profissionais por parte da Universidade.

Palavras-chave: Professores. Formação. Universidade.

1. Introdução

Para discutir sobre a questão da formação docente, é necessário compreender as políticas educacionais referentes a esse quesito, e infelizmente as mesmas denotam uma disparidade econômica e social muito grande em relação as diferentes regiões brasileiras, e isso acaba por atingir a qualidade de formação e remuneração docente. Assim, Costa (2010) apud Gatti (2011), expressa que devido às desigualdades regionais, a educação terá de passar por uma grande transformação de melhoria no que concerne a formação docente, ou seja, regulamentação no padrão de remuneração e qualificação do magistério. Essa transformação exige a formulação de um sistema nacional de educação mais consistente para a consolidação de um fundo nacional de educação capaz de suprir as demandas de recursos para a Educação Básica que o FUNDEB não consegue contemplar:

Tendo em conta as persistentes desigualdades regionais, interestaduais, intermunicipais, segundo argumenta Costa (2010), uma efetiva transformação da educação pública terá, entretanto, de passar por grande melhoria do padrão de remuneração e qualificação do magistério, além da permanente capacitação das redes estaduais e municipais. Essa transformação impõe a construção de um sistema nacional de educação e um papel mais robusto e incisivo de governo federal na redistribuição dos recursos fiscais e na consolidação de um Fundo Nacional de Educação capaz de suprir as demandas da educação básica que o conjunto de fundos estaduais representados pelo Fundeb não consegue contemplar devidamente. (COSTA, 2010 apud GATTI, 2011, p.36)

A Ementa Constitucional 59/09 estabelece no artigo 214 o plano nacional de educação a ser seguido decenalmente, onde haverá metas e estratégias para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino nos diversos níveis, etapas e modalidades, que contemple diferentes objetivos para a promoção de um ensino de qualidade, desde critérios para a manutenção do ensino até valorização dos profissionais da educação. O PNE (2011/2020) contém 20 metas com sucessivas estratégias que visam colaborar para a expansão de uma educação para todos e um dos focos principais é a erradicação do analfabetismo.

O Projeto de lei nº 8035/2010 regulamenta a execução do plano nacional de educação para o decênio 2010/2020 e está decretado no artigo 2º, inciso IX: “a valorização dos profissionais da educação”. Para isso ocorrer é estipulado metas e estratégias que colaborem para a consolidação da lei, que estão alicerçadas dentre as 20 metas, as de 14 a 18. Conforme o Plano Nacional de Educação (2011/2020), uma das estratégias para a valorização dos professores é assegurar, no prazo de dois anos, o plano de carreira para os profissionais do magistério, consolidar jornada de trabalho cumprida em apenas um único estabelecimento, assegurar piso salarial nacional para os profissionais da educação, e ampliar, por meios estratégicos, o sistema nacional de formação de professores. Em síntese o plano vislumbra propiciar meios para a formação continuada do professor e tem como meta 16, formar 50% dos professores da educação básica em nível de pós-graduação *lato e stricto sensu*.

Considerando essa discussão, é possível perceber que a forma como as políticas docentes estão sendo delineadas no Brasil deixam a desejar no que se refere a valorização profissional e social dos profissionais da educação em específico dos professores, porque os mesmos apresentam segundo pesquisas um dos caminhos mais efetivos para uma educação de qualidade. É necessário então um olhar mais apurado para essas políticas e para seu efetivo cumprimento para obter uma formação de professores mais qualificada.

No que diz respeito a formação inicial e continuada dos professores Verdum (2004) afirma que a legislação educacional demonstra uma preocupação notável frente a esse desafio. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – 9394/96 no artigo 62, parágrafo único, expressa essa preocupação com a garantia da formação continuada dos profissionais da educação:

Garantir-se-á formação continuada para os profissionais a que se refere o caput, no local de trabalho ou em instituições de educação básica e superior, incluindo cursos de educação profissional, cursos superiores de graduação plena ou tecnológicos de pós-graduação. (incluído pela Lei nº 12.796, de 2013). (BRASIL, 1996, p.24).

O novo Plano Nacional de Educação (2011/2020) também demonstra interesse pela formação contínua do professor, constando na meta 16, formar 50% dos professores em nível

de pós-graduação lato e stricto sensu. Portanto, ao ser direcionado o olhar para as políticas públicas educacionais no que diz respeito a formação dos professores, constata-se uma elevada preocupação com a formação continuada dos mesmos.

Zeichner (1993) apud Santos (2004 p.41) destaca que: “Independentemente do que fazemos nos programas de formação de professores e do modo que os fazemos, no melhor dos casos só podemos preparar os professores para começarem a ensinar”. Nessa perspectiva, a Universidade é apenas o caminho para um processo contínuo de formação. Os professores universitários nessa lógica possuem a atribuição de mostrar o caminho, preparar os acadêmicos para a futura profissão que é ensinar.

A Universidade, representa um ponto de partida fundamental para a formação dos futuros professores, considerando essa premissa, a metodologia utilizada dentro de sala de aula deve ser constantemente revisada.

Freire (1996) argumenta que ensinar exige do professor preparação e pesquisa. O ensino e a pesquisa para tal são indissociáveis, portanto um não pode existir sem o outro. O ensino faz o professor buscar, indagar, superar suas curiosidades, a pesquisa por sua vez o faz conhecer o desconhecido e propiciar conhecimentos novos para seus alunos: “Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino. [...]”. (FREIRE, 1996, p.32).

Nesta perspectiva é preciso considerar o perfil de formação dos professores que atuam nas licenciaturas, entendendo que o domínio dos conteúdos, as práticas pedagógicas, as formas de avaliação são influenciadas pela formação deste profissional e que, conseqüentemente, influenciarão na formação dos acadêmicos/futuros professores.

2. Metodologia

Este trabalho é um recorte de uma pesquisa de monografia, qualitativa, realizada na UEG Câmpus Pires do Rio, envolvendo os cursos de licenciatura sendo que o foco deste é o Curso de Pedagogia. Os procedimentos metodológicos envolveram revisão da literatura e análise documental dos currículos lattes dos professores que atuam no Curso de Pedagogia no ano de 2015.

3. Resultados e Discussão

Consideramos importante fazer a caracterização dos sujeitos, neste caso os professores que atuam no curso de pedagogia. A tabela abaixo nos permite visualizar alguns dados importantes.

Tabela 1 - Docentes do Curso de Pedagogia

Qtd.	Professores	Sexo	Vínculo Empregatício	Titulação
01	Professor D1	Feminino	Temporária	Mestrando
02	Professor D2	Feminino	Efetiva	Mestrado
03	Professor D3	Feminino	Temporária	Mestrado
04	Professor D4	Feminino	Efetiva	Especialista
05	Professor D5	Feminino	Temporária	Especialista
06	Professor D6	Feminino	Temporária	Especialista
07	Professor D7	Feminino	Temporária	Especialista
08	Professor D8	Feminino	Efetiva	Mestrado
09	Professor D9	Feminino	Temporária	Mestrado
10	Professor D10	Feminino	Efetiva	Mestrando
11	Professor D11	Feminino	Temporária	Especialista
12	Professor D12	Feminino	Temporária	Especialista
13	Professor D13	Masculino	Temporário	Doutorado

Fonte: Quadro elaborado pelas autoras com base nos dados fornecidos pelo coordenador pedagógico.

Dos treze professores que atuam no curso de pedagogia, 31% são mestres, 46% são especialistas, 15 % são mestrandos e 8% representado por um único professor que é doutor.

Os dados acima mostram que a quase totalidade dos professores que lecionam no curso de pedagogia são mulheres, representando 92% do total, o que demonstra a forte presença da mulher nas licenciaturas, em especial atuando na educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental.

De 13 (quatorze) professores, 9 (dez) são temporários e 4 (quatro) são efetivos. Esse grande percentual de docentes temporários pode interferir na formação, já que a Universidade prioriza a formação daqueles que fazem parte do seu quadro efetivo. Sabemos que a ausência de concursos públicos é que contribui para a permanência de professores em regime de contrato temporário, cabendo à própria Universidade instituir políticas constitucionalmente corretas de contratação de professores.

No que se refere a titulação, o curso de pedagogia apresenta um quadro de mestres e doutores muito pequeno, o que supõe que a formação continuada em quesitos de titulação apresenta um déficit quantitativo. Assim, segundo Pimenta e Almeida (2011), o professor universitário deve promover em seu exercício a formação continuada, por outro lado, entendemos que a situação contratual deste profissional determina que o mesmo não tenha incentivos e condições de busca pela formação continuada.

4. Considerações Finais

Os aspectos de formação relacionados ao corpo docente especialmente mestrado e doutorado, são contemplados no PDI (2010/2019) da Universidade Estadual de Goiás,

ganhando um olhar específico para as políticas de formação institucional do pessoal docente para um alcance de qualidade maior do ensino nas unidades universitárias. Apesar das políticas de formação institucional dos professores estarem expressas no PDI (2010/2019), o que se percebe é que esta formação não está contemplada no curso analisado.

Uma parte interessante para o ensino na Universidade, como inserido nas Diretrizes para a Formação de Professores nas Licenciaturas (2015), é a importância de se incrementar a prática docente com diversas atividades formativas, dentre elas, os cursos de pós-graduação *stricto sensu* como mestrado e doutorado. Neste sentido caberá a própria Universidade implementar políticas de valorização profissional e possibilidades de formação continuada para os seus profissionais.

O curso de Pedagogia apresentou um número preocupante nesse quesito, já que mais da metade são especialistas contendo um menor número de mestres e apenas um doutor. Isso denota uma carência não apenas na formação dos docentes, mas também na formação dos futuros professores.

5. Referências

- BRASIL. **Ementa Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009**. Brasília-DF: 2009.
- _____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília-DF: 1996.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação Resolução nº 2, de 1 d julho de 2015. **Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível Superior e para formação continuada**. Diário da União, Brasília, 2 de julho de 2015. 16p.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Projeto de Lei do Plano Nacional de Educação (2011/2020)**: projeto em tramitação no Congresso Nacional. PL nº 8.035/2010. (org.). Márcia Abreu e Marcos Cordioli. Brasília-DF: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2011. 106 p.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Paz e Terra: 1996.
- GATTI, Bernadete Angelina. et al. **Políticas Docentes no Brasil: um estado da arte**. Brasília-DF: UNESCO, 2011, 300p.
- GOIÁS. **Plano de Desenvolvimento Institucional**. Anápolis-GO: 2010, 135p.
- PIMENTA, Selma Garrido; ALMEIDA, Maria Isabel de. **Pedagogia Universitária: caminhos para a formação de professores**. São Paulo: Cortez, 2011.

SANTOS, Solange Mary Moreira. **Formação continuada numa perspectiva de mudança pessoal e profissional.** Feira de Santana, 2004, 41p. Dissertação (Mestrado em Educação) apresentada junto a Universidade Estadual da Bahia – Câmpus Feira de Santana, Feira de Santana-BA: 2004.